

A MOEDA NA ETNOGRAFIA

AS MOEDAS COM APROVEITAMENTO E ADAPTAÇÃO A USOS E COSTUMES POPULARES EM PORTUGAL

POR LUÍS CHAVES

(Do Museu Etnológico)

A *moeda* tem o seu objectivo próprio e especial: para o conseguir é que foi criada. Está, porém, sujeita a regras: as do seu curso, em função da riqueza pública, e as da sua expressão representativa e técnica. Tem as suas características mercantis e artísticas.

A Arqueologia, a História e a Numismática estudam-na ao longo da trajectória em serviço do homem e nas manifestações dele para a tornar útil, material, espiritual, socialmente, e bela na arte, significativa no simbolismo. As Ciências Económicas e Financeiras determinam e regulam-lhe as condições de emissão e curso, para que na realidade preste ao homem o serviço exigido.

Teve, todavia, a moeda outros empregos e facultou novas sugestões, que não estão no âmbito de estudo e na acção dessas ciências. Aparece-nos também, sob outros aspectos, como moeda que não deixa de o ser, em muitas utilizações populares: ora transformada em ostentação de posse, sem perder o valor pecuniário (na aplicação a trajes e adereços de ourivesaria); ora aproveitada, pelos sinais contidos nela, para práticas ou sentimentos religiosos (moedas-medalhas de devoção) ⁽¹⁾ e de superstição (amuletos, sortes, etc.); ora ainda utilizada em jogos e diversões. E tem de ser incluída a moeda política ou de insinuação política.

À moeda volante, em livre curso, opõe-se aqui a moeda fixada: no traje, masculino e feminino, a servir de botão; nos adereços, como brincos, pregadeiras, colares e cordões de peito, pulseiras, correntes de relógio, ligada à montagem ouriveseira de segurança e apresentação. Em qualquer destas apli-

(1) NVMMVS, Vol. III-I, N.º 8, págs. 18 e ss.

cações, a moeda mantém o seu valor e ostenta-o, acrescido agora, principalmente no segundo caso, com o material e o trabalho de montagem, além do apreço subjectivo do objecto inteiro ou sequer da moeda utilizada.

As moedas religiosas, as moedas políticas, as moedas amuléticas ⁽¹⁾ não trazem a origem do valor pecuniário, material e estético, das moedas para tal fim utilizadas: valem pela representação religiosa ou simbólica, pela evocação expressa no busto ou no simbolismo político, pela interpretação mágica de sinais ou símbolos. As que o povo aplica à prática de «sortes» ou oráculo e sortilégios, jogos e adivinhas, essas utilizam singelamente a forma, a existência ou as referências ao cunho facial.

Estamos em pleno campo da *Etnografia*, capítulo do «Folclore». O aproveitamento da moeda nas artes populares não ultrapassa esse campo: já, porém, noutro capítulo, o da *Ergografia* ou *Tecnologia*. Não se trata da realidade monetária, mas da psicologia criada por ela (*Demopsicologia*).

Nos costumes e aplicações populares da moeda, esta aparece como é: e, por ser assim, conserva todo o poder mágico e representativo que lhe pertence; ou em imitação metálica. A par de moedas nacionais, antigas e modernas, surgiram moedas estranhas, umas por semelhança ou assimilação de símbolos de superstição (*signum Salomonis* ou «sino-saimão», hexalfa, esfera armilar), outras trazidas por imigrantes, embarcações, mercadores, viajantes, etc. O amuleto isolado ou de agrupamento de peças complementares, quando é formado de moedas ou as contém, não depende de épocas ou países: quem o formou ou o foi aumentando, reuniu o que lhe aprouve e servia, desde que condissesse com o intuito comum.

Em jogos, sortes e tantas outras serventias, a moeda teve o valor representativo de dinheiro, sem qualquer outro; note-se que nas sortes, (por oráculo das fogueiras de S. João, v. gr.), nas propiciações (em uso no dia de casamento, na ida para a cerimónia religiosa), nos funerais (moedas introduzidas no caixão do morto), nos prémios de jogos, as moedas utilizadas eram sempre as de valor mínimo. Assim, o valor da moeda era substituído pela sua presença: valia esta e não o cálculo pecuniário, oficial e corrente.

Podemos apartar em compartimentos diferenciados os numerosos empregos da moeda como elemento etnográfico. Um deles compreenderá quanto diga respeito à utilização da moeda, realizada directamente, moeda como moeda. Outro dedicar-se-á em especial ao que vale por moeda ou de certa maneira imita ou sugere valores monetários: estão neste caso, por exemplo, os «contos

(1) Leite de Vasconcelos, em *O Archeologo Português*, vol. X, págs. 169-175 — Lisboa, 1905.

de contar» ou «contos para contar» (1). Num terceiro ficariam as figurações ou reproduções da moeda no âmbito da Arte Popular. E tem de se contar com um capítulo de outra indole, mas também no campo etnográfico: é o dos reflexos da moeda e das alusões a ela na linguagem popular e na «literatura oral» (cancioneiro, adagiário, rifoneiro, etc.). É a moeda real, a moeda fictícia, e a moeda etnográfico-folclórica.

Distribuição dos assuntos pelo esquema estrutural:

A — *Utilização directa das moedas:*

- 1) — nos trajes masculinos e femininos;
- 2) — nos adereços complementares do traje (moeda-jóia);
- 3) — nas manifestações de ordem religiosa;
- 4) — nas manifestações de ordem política;
- 5) — no campo das superstições;
- 6) — nos jogos e diversões.

B — *Utilização de supostas moedas:*

- 1) — nos trajes e seus adereços;
- 2) — no campo das superstições;
- 3) — nos jogos e diversões.

C — *A moeda nas artes populares:*

- 1) — desenho, gravura, incisão em substância dura;
- 2) — recorte e incisão ou relevo em madeira;
- 3) — modelação em gesso ou barro;
- 4) — a lenda da moeda de couro;
- 5) — tecidos estampados — rendas e bordados.

D — *Na linguagem e «literatura oral»:*

- 1) — no cancionero;
- 2) — no adagiário;
- 3) — nas referências correntes;
- 4) — na gíria monetária.

(1) Os «Contos para contar» terão adiante referências especiais em capítulo próprio, pois que «desempenhavam o papel de substitutos delas [das moedas] na singela contabilidade dos estabelecimentos comerciais de outrora». Pedro Batalha Reis, em *Guia duma Notável Coleção de Moedas Portuguesas* (Palácio Foz), pág. 17 — Lisboa, 1948. Sem serem moeda, por moeda valeram.

Agora, anotemos, por simples demonstração e sem exagero de provas, cada um destes pontos. Como no *Inferno*, de Dante, «*Che tu mi segui, ed io sarò tua guida*» (I, 113).

A — 1) — *Utilização das moedas nos trajes masculinos e femininos*

Em reconstituições de trajes regionais, na observação de trajes não populares, que teriam sugerido formas que o traje popular adoptou, e também na colectânea publicada por ALBERTO SOUSA em o *Trajo Popular em Portugal nos Séculos XVIII e XIX* ⁽¹⁾, verifica-se a existência aparatosa de botões metálicos, chatos, esféricos, semi-esféricos, pequenos, médios e grandes, consoante o destino, de prata, de prata dourada e de ouro, ou de simples latão ou metal dourado. Encontram-se tanto em gente das povoações maiores como na das rurais, em pessoal de trabalho de rua nos povoados como cabreiros e egua-riços, de terra como estes e da água, ou com ela relacionados, como catraieiros, vareiros, da Murtosa e de Pardilhó, varinas, etc.

Entre os mais abastados camponeses, proprietários de terras e gados, era vulgar o uso de moedas a servirem de botões; à diferenciação dos botões pelo tamanho correspondia semelhante diferenciação entre as moedas usadas: maiores na abotoadura de casacos e jaquetas, menores na de coletes, calções, polainas, e nas guarnições de punhos.

JOSÉ DA SILVA PICÃO descreveu-nos usos e costumes, regras de vida e de organização rural do Concelho de Elvas, no precioso livro que intitulou *Através dos Campos* ⁽²⁾. Na resenha dos trajes masculinos, apontou as polainas do camponês com abotoadura de moedas de prata e o calção abotoado com pesetas, facto este que não é de estranhar nessa região raiana do Alentejo; as calças de alcapão foram abotoadas com moedas de cobre. Não fala dos botões nas jaquetas; depreende-se, todavia, que eram também de moedas de prata, uma vez que o eram os do calção e das polainas, e, principalmente, porque as jaquetas tinham alamares deste mesmo metal e ainda porque eram empregadas moedas dele pendentas ao lado dos bolsos, doze por banda.

Çafões de lavradores abastados, no Alentejo e no Ribatejo, tiveram por botões moedas de prata, e concordaram com eles as samarras.

(1) Alberto Sousa, *Trajo Popular em Portugal...*, Lisboa.

(2) José da Silva Picão, *Através dos Campos*, (Concelho de Elvas), 2.ª edição, Lisboa, 1947, págs. 162 e 165. As moedas da abotoadura das polainas eram 35. O autor incluiu na notícia os preços das moedas de prata para as «pernas dos calções» e das outras. Aos botões de metal, que não de prata, chamou «botões de roca».

Serviam moedas para abotoar colarinhos de volta, sem gravata, e punhos, ligadas por corrente ou travinca rígida. Eram menos vulgares nas abotoaduras do peito das camisas.

Com aparato maior, onde sobretudo eram mais usados os botões de metal amarelo ou dourado, douravam-se os de prata em trajes de cerimônia de gente mais endinheirada. Sente-se a influência dos modelos aparatosos da indumentária setecentista.

A linha do aproveitamento da moeda nos trajes dos dois sexos, deve ter sido esta: botões metálicos, moedas-botões, botões metálicos, botões não metálicos, reaparição de botões metálicos, segundo as correntes dominantes da moda feminina.

A — 2) — *Adereços monetários dos trajes*

Esta utilização da moeda, a *moeda-jóia*, prevaleceu nas mulheres, como a *moeda-botão* dominou a valer nos homens, cujos trajes tiveram mais longas e repetidas abotoaduras a guarnecer.

Apareceu e mantém-se a moeda em brincos, pregadeiras, cordões ou fios de pescoço, grandes cordões e grilhões no peito, pulseiras, alfinetes, para uso feminino. O homem aproveitou-a em alfinetes de gravata e berloques da cadeia ou corrente de relógio.

Moedas de ouro, de prata dourada ou de prata, eram escolhidas pela utilização a que eram destinadas. As maiores, para penderem dos grilhões de muita volta, grossos, e fazerem boa companhia aos corações, relicários, imagens, medalhas ⁽¹⁾, e também para pregadeiras de pompa; muitas vezes, para brincos de emparelhada categoria ou para as correntes de relógio. As menores, ou substituíam as grandes, quer nos trajes ou nas ocasiões de inferior exigência, quer em razão de subalternidade financeira; ou ocupavam os outros lugares secundários e complementares na guarnição, embelezamento e riqueza do traje.

As moedas, quer de botão, quer de jóia, tiveram a montagem adequada ao uso e à segurança. As de cordões e brincos, as de correntes e pulseiras, ficaram fixas na montagem, ou móveis com ela e nela; assim, ficaram pendentes e oscilantes. As de pregadeiras e alfinetes foram fixas; o espigão ou a haste de cravação (alfinete) e de mola com espera (pregadeira) se encarregavam de prender e soltar o objecto. Pulseiras, formadas de moedas acorrentadas com a necessária articulação, eram exemplares de peças fixas, embora se

(1) Rocha Peixoto, «As Filigranas», em *Portugalia*, Vol. II, Porto, 1905-1908, págs. 540-579, em especial o Cap. III, págs. 559 e ss.

fizessem também de peças soltas, pendentes ou mistas, e fossem completadas por moeda maior em pendência ⁽¹⁾.

As *dobras* e os *dobrões*, as *peças* e os *quartinhos*, as *moedas*, com as respectivas parcelas divisionárias, de ouro, a par das «*libras de cavallinho*», os *tostões*, os *pintos* ou *cruzados-novos*, os *vinténs*, de prata, e outros numismas, procedem dos reinados de D. Pedro II e principalmente de D. João V e repetem-se, alguns deles, até aos mais recentes. As moedas que maiores fracções tiveram entre a pecúnia rica, foram as *dobras* e as *peças*, de D. João V a D. Maria II, o que facilitava, por dimensões e valor pecuniário variáveis, a utilização e a distribuição delas; mais duradoura e de mais fácil aquisição, a *peça* deixou, como lembrança ou estrato do seu uso prolongado, vestígios fundos na linguagem popular.

Nas aplicações de moedas a objectivos não mercantis, foi esta a de maior ostentação pessoal; acumulou nas jóias de indústria ouriveseira (de ouro e prata) variedade notável de moedas, que aumentavam o valor do capital empregado, bem à vista de todos nas horas grandes de quem o fruía. Não seria certa a censura do velho adágio, que nos transmitiu do Século XVIII António Delicado, nos *Adágios Portuguezes*: «É como a Maria Chiça: quanto vê, quanto cubiça». E nem sempre se applicaria, porque não foi a mesma a psicologia de toda a gente que reuniu estas riquezas: se então como hoje houve quem por cubiça as obtivesse, a verdade é que a maior parte o fez, conforme já se observou,

(1) A mulher como o homem, cada um no seu propósito e na correspondente relatividade de apropriação, aproveitavam-se do ouro, em substância ou em moeda, ostensivamente, como se aproveitam hoje, nas aflições, os depósitos em caixas ou bancos e os penhores. Em bons tempos, o ouro e as moedas de ostentação opulenta «ouram» o possuidor; em maus tempos, rendem dinheiro por venda ou penhor. As mulheres do Minho foram sempre afamadas pelo ouro com que se adornaram; as jóias pré-romanas que nessa provincia têm sido encontradas, prolongam para os tempos arcaicos a predilecção pela ourivesaria de adorno pessoal. Uma quadra popular, espalhada pelo Norte, e pode muito bem ser originária de Entre-Douro-e-Minho, faz referência ao ouro da mulher a quem foi dirigida e põe-lhe meças de dignidade, ao separar desinteressadamente a «ourada» e o seu ouro:

Não me namora o seu ouro,
Nem os brincos das orelhas;
Namoram-me esses seus olhos
Por baixo das sobranceiras.

Convém registar este depoimento do Sr. Coronel Mário Cardoso: «...ainda hoje, o uso exagerado de cobrir com opulência o peito e o pescoço de jóias constituídas por grandes colares e pesados emblemas religiosos ou profanos, e de segurar, pendentes das orelhas, enormes argolas de ouro — é um traço etnográfico característico da indumentária popular da mulher de Entre-Douro-e-Minho. O ouro tem uma influência tradicional e quase mística nas nossas populações do Norte, e as próprias moedas deste metal (mesmo aquelas, como a libra inglesa, que se encontram em circulação) perdem aqui o valor e o uso como instrumentos de permuta, para serem aproveitadas apenas como simples objectos de ornamento pessoal, nas correntes dos relógios de algibeira, nos brincos, nos cordões de pescoço das mulheres, etc. «Uma notável peça de joalharia primitiva», em «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Sep. do Vol. XXVII, Porto, 1942, págs. 8-9.

por espírito de providência e garantia nas dificuldades, embora ostentasse com vaidade o que possuía; dentro do mesmo espírito, em nível acima, as mulheres emprestavam correntemente o seu ouro para decorar imagens de devoção nos altares e nos andores, o que em si equivalia a voto ou promessa.

A — 3) — *Nas manifestações de ordem religiosa*

Já nas páginas desta revista foi abordado o assunto, com o título de «Moedas Religiosas em Portugal: Medalhas de Devoção». Disse-se então, logo de entrada: «As moedas religiosas e de interesse religioso começam, nos primeiros tempos cristãos, por ter sentido ou valor duplo: *amulético* e *devoto*. O primeiro marcava a continuidade histórica e artística dos amuletos pagãos de uso oficial e comum em Roma; o segundo representava a cristianização, e o transporte, para o espírito da Cristandade nascente, do costume consagrado e vivo. Uns e outros eram *monetiformes*, característica formal, que as medalhas cristãs conservaram e continuaram ⁽¹⁾.

Paralelamente continuaram seu caminho: as *moedas-amuletos*, de conceito pagão, tiveram as suas virtudes singulares, quer do simbolismo inerente, quer da personalidade evocada na moeda, quer de outras particularidades casuais; as *moedas de devoção* valem por esta mesma devoção dos crentes. Tanto umas como as outras mantêm o conceito original. *Amuletos*: aproveitam moedas nacionais e moedas estrangeiras, quando apresentam sinais e cunhos de interpretação talismânica. *Medalhas*: têm as imagens de devoção, antigas e recentes ou actuais, de invocação nacional ou de fora. Em agrupamentos de «arrelíquies» (reliquias — arrelíquias), surgem reunidos amuletos pagãos (figas, cornichos, meias-luas, cruzes, medalhas, moedas, etc.). Nada melhor exprime a confusão e a interpenetração dos dois conceitos de religião: pagã, no que o amuleto representa de poderes intrinsecamente a ele ligados; cristã, na simples evocação espiritual que a medalha desperta.

As moedas, utilizadas por pensamento cristão, ou têm a cruz ou a sugerem. Já não se alude às moedas cunhadas com intuitos religiosos de homenagem, voto ou gratidão, como, entre nós, foram os *vicentes* e *meios-vicentes* (ou *são-vicentes* e *meios-são-vicentes*) de ouro, de D. João III e D. Sebastião, as *conceições*, de ouro e prata, de D. João IV, os cruzados Calvários, de ouro,

(1) O «vicente»: — «No centro entre estrelas, representa S. Vicente em pé, à direita, com a palma e um navio». Teixeira de Aragão, *Descrição Geral das Moedas*. Vol. I, Lisboa, 1874, págs. 261 e 262, Est. XV; a legenda esclarece: VSQVE AD MORTEM ZELATOR FIDEL. D. Sebastião, *Id.*, pág. 276. A *conceição*, Teixeira de Aragão, *Id.*, Vol. II, Lisboa, 1877, págs. 15 e ss. Est. XXX. Calvário, de cruz erecta no morro: Teixeira de Aragão, Vol. I, pág. 261.

de D. João III ⁽¹⁾. Estas moedas não desceram, porém, ao nível popular. Não entram nestas considerações, a não ser por menção de moedas de religião. Já o real de D. António, com a cruz do Calvário, poderá ter sido popular, tanto por moeda de devoção, pois que tinha a cruz, como por moeda política, por ser do cunho do candidato popular ao trono em 1580.

A cruz de Aviz andou nos reais e meios-reais, ou meios-vinténs, de bolhão, de cobre e de prata, de D. João I a D. João III, e D. Sebastião; nos tostões e meios-tostões de prata, de D. João III e D. Sebastião; na moeda de ouro de D. António; nos dez-réis e nos vinténs de D. João IV a D. Pedro II. A cruz de Cristo domina largamente nas moedas portuguesas desde D. Manuel I ⁽²⁾. A cruz equilátera vem já dos dinheiros de D. Sancho I a D. Fernando e do tornês como do real de prata, sem esquecer as mealhas de D. Afonso I. A cruz de S. Jorge foi também vulgar, do cruzado de ouro de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I em diante, nos reais, tostões, cruzados, vinténs, etc. A cruz de Santiago viu-se nas moedas de quatro reais de cobre de D. António; a do Santo Sepulcro nos vinténs (dois e quatro vinténs) de prata, de D. Afonso VI e D. Pedro II.

Estas cruzes das moedas correntes ou já passadas, a disposição cruciforme dos escudetes dos reais e dos ceitis, os XX de hastes abertas, dispostos de forma que uma delas fique aproximadamente vertical, foram de utilização constante como talismãs de inspiração cristã e objecto de manifestações devotas.

Uma moeda que TEIXEIRA DE ARAGÃO inseriu no primeiro volume da *Descrição Geral das Moedas* e atribui a D. Afonso Henriques, tem a cruz do Calvário entre o α e o ω , e associou-lhe o pentalfa (sino-saimão) ⁽³⁾.

Desconheço qualquer exemplar que tivesse sido aplicado a talismã ou moeda de devoção, e bem poderia ter tido esse uso: compare-se com a moeda-medalha, que tem o n.º 1, a pág. 31, do Vol. III de NVMMVS; o que lhe falta é o pentalfa: lá está a cruz esguia entre as evangélicas letras gregas.

Porque as moedas de devoção, cristãs, continuam o conceito de home-

(1) A cruz dos calvários reaparece no real de D. António.

(2) Nos numismas: «português» e «meio-português», de D. Manuel I e D. João III; «tostão» de prata de D. Manuel I a D. Filipe III; «moeda» de ouro de D. Sebastião, D. Henrique, Governadores do Reino e D. Filipe I. Depois da Restauração: «cruzado», «moeda», «tostão» de D. João IV a D. Pedro II, de ouro e de prata; «moeda», «dobrão», «cruzado», «quartinho», «vinténs», de D. João V, de maior riqueza, até D. Maria II. Reaparece a cruz de Cristo nas moedas de prata, comemorativas do Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, em 1898, no reinado de D. Carlos I (moedas de 500 réis, 200 réis e 100 réis). Pedro Batalha Reis, *O espírito cristão da Numismática portuguesa*, Lisboa, 1943. Aurélio Ricardo Belo, *O simbolismo religioso no sistema monetário português na Índia*, no jornal «Badaladas», de Torres Vedras, de 1 de Janeiro de 1955.

(3) Teixeira de Aragão, *Descrição*.... Vol. I, pág. 133, n.º 4. Pedro Batalha Reis, *Guia*.... (vid. nota 3), pág. 10, Est. I, fig. 1.

nagem e devoção das pagãs suas precedentes, a sequência demonstrativa incluiria estas, as de transição, ou seja de adaptação, nos primeiros tempos do Cristianismo, e as de plena era cristã.

LEITE DE VASCONCELOS apresentou exemplares de moedas religiosas do período luso-romano, encontrados em Portugal, provenientes de cidades da Península. Referiu-se a uns do Museu Etnológico e a outros do Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa: fê-lo em *O Archeologo Português* e mais tarde em *Opúsculos* ⁽¹⁾.

D. N. FL. CL. IVLIANVS P. F. AVG., do Imperador Juliano II (360-363), médio bronze: n.º 2.244 (Fig. 1) — Rev.: Boi Ápis em pé, à direita, duas estrelas por cima, diante dele uma águia pousada sobre uma coroa e com outra no bico; legenda: SECVRITAS REIPVB [licae], e por baixo do boi: S CONST. ⁽²⁾. Foi encontrada em Mértola. LEITE DE VASCONCELOS interpretou-a como consequência do culto do boi sagrado ⁽³⁾. Esta moeda está no Museu Etnológico: tem o orifício de suspensão por cima do boi, que fica assim direito, enquanto inverte o busto imperial, que não oferecia qualquer interesse religioso.

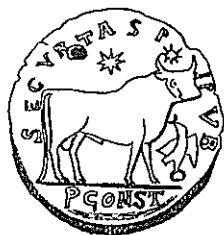


Fig. 1

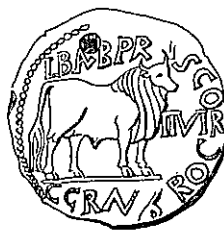


Fig. 2

1 — Moeda do Imperador Juliano II: com o orifício de suspensão por cima do Boi Ápis (Mértola).

2 — Moeda de bronze de L. Baebio Prisco: com o orifício de suspensão por cima do touro (Calagurris).

L[ucio]. BÆB[io]. C[aio]. GRAV[io]. BROCCO. II VIR[is]., de Calagurris (Tarraconense) (Fig. 2): Boi de pé, à direita, no reverso, com a legenda

(1) Leite de Vasconcelos, «Signification religieuse, en Lusitanie, de quelques monnaies percées d'un trou», em *O Archeologo Português*, Vol. X, págs. 169-176, Lisboa, 1905. *Opúsculos*, Vol. V, Lisboa, 1938.

(2) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. V, pág. 119, fig. 10. Teixeira de Aragão inclui esta moeda na «*Descrição Histórica das Moedas Romanas*, existentes no Gabinete Numismático de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luis I», Lisboa, pág. 525, n.º 2.244.

(3) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. V (o culto do boi), págs. 119-121; cita Diodoro Siculo e Pierre Paris.

em volta. Foi encontrada no Minho e está no Museu Etnológico ⁽¹⁾. O orifício de suspensão está por cima da figura do boi, entre a junção *Æ* da legenda e a letra *B* de *BÆBIO*, o que permitiu manter de pé, direita, a representação do animal ⁽²⁾.

LEITE DE VASCONCELOS resenhou ainda outras moedas com a imagem do boi sagrado, com o orifício de suspensão, existentes no Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Lisboa: de Castulo (na Tarraconense, hoje Cazlona), Celsa (id., na margem do Ebro, Velilla del Ebro, Jelsa), Orippe (na Bética, Villa de Dos Hermanos) e Sacili (id., próximo de El Carpio, na região de Córdoba). Foram notáveis estas urbes: Celsa foi *Colonia Victrix Iulia Celsa*; Castulo foi *Urbem Hispaniae validam ac nobilem* (Plínio, 24, 41, 7) ⁽³⁾.

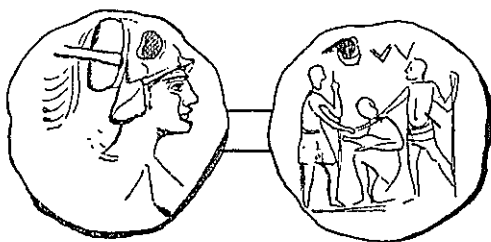


Fig. 3

Denário, de prata, de Tibério Vetúrio, anverso e reverso: orifício de suspensão sobre a cabeça de Marte (anverso) e o grupo alegórico (reverso).

TI[berivs]. VET[rius]: Denário de prata (Séc. II a. C.) (Fig. 3). No anverso tem a cabeça de Marte, com o capacete emplumado e crineira; no reverso, dois guerreiros, de pé, voltados ao centro, um barbado, outro imberbe, ambos com a lança na mão esquerda e a espada na direita; entre eles ajoelha um sacerdote, *fecialis*, com um leitão nos braços; os dois apontam as espadas ao

(1) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. V, pág. 118; na informação deste exemplar, diz que o viu num museu, mas desaparecera; ora, na verdade, está hoje no Museu Etnológico, onde o então director dele lhe perdeu a pista, desde que, porventura ele próprio, colocou a moeda na Secção de Etnografia, Grupo dos Amuletos.

(2) A tribo *BÆBIA* era plebeia. Um *LUCIVS BÆBIVS* foi enviado em 586 (168 a. C.) a fim de preparar a expedição de Paulo Emílio à conquista da Macedónia. Cfr. Ernest Babelon, *Description Historique et Chronologique des Monnaies de la Republique Romaine vulgairement appelées Monnaies Consulaires*. Vol. I, págs. 249 e ss., Paris 1885; e Vol. II, 1886, pág. 593.

(3) A de Celsa tem a legenda de *L. IVRA* e *L. BVCCO*. A de Orippe foi achada na Tróia de Setúbal. Nestas moedas vê-se apenas um boi, parado. Em dois denários da Família *TORIA*, de *L. THORVS BALBVS*, da Biblioteca Nacional, o touro é representado a saltar. *Opúsculos*, Vol. V, págs. 116 e 119.

animal (interpretação de BABELON) ⁽¹⁾. No exergo: ROMA. TEIXEIRA DE ARAGÃO também a descreveu e interpretou: dois soldados, em pé, com a lança e o *parazonium*, tocando com uma vara curta uma porca, que um homem, ajoelhado no centro, tem nos braços ⁽²⁾. Pertence ao Museu Etnológico, sem informação do local do achamento. O orifício de suspensão pode ter servido simultaneamente às duas faces, isto é, em atenção ao culto de Marte e à representação sacrificial ou de aliança de magistrados, como interpretou o numismata italiano CAVEDONI ⁽³⁾.

M[arcvs]. AGRIPPA L. F. COS. III, meio bronze: Proveniente de Évora, tem no reverso Neptuno, de pé, ladeado pelas iniciais, grandes, S[enatus]. e C[onsultu] ⁽⁴⁾. É também do Museu Etnológico. O orifício de suspensão endireitava o busto, e punha a figura de Neptuno de pernas para cima: não era pois a este que o portador ou senhor da moeda queria venerar.

Mais algumas moedas, médios e pequenos bronzes, providas de orifício, estão no mesmo Museu, mas indecifráveis. Num pequeno bronze divisam-se no reverso duas ou três figuras, que ficariam direitas; num bronze médio, tanto o busto como a figura oposta ficariam deitadas pela suspensão.

Se pretendêssemos esboçar a evolução das moedas de suspensão, desde as de inteira significação pagã para as moedas cristãs, igualmente usadas em suspensão, na continuidade histórica e religiosa, colocaríamos aqui, nesta sequência, as moedas romanas, que foram aproveitadas pelos Cristãos, como as de Constantino Magno, ou já as de Alexandre, e, em geral, as que significaram para eles simbolismo seu. Seguir-se-lhes-iam as de representações integralmente cristãs. O que foi dito a págs. 18 e seguintes do Vol. III de NVMMVS, pode ser lembrado como prova da continuidade, tanto em caminho para as moedas de simbolismo cristão, como para as moedas ou «medalhas de devoção». Não o pretendemos, porém.

Além disso, desconhecemos moedas cristãs desta ordem em Portugal, e apenas quisemos referir-nos a moedas romanas com orifício, encontradas ou existentes em Portugal.

Destas ficam apontadas algumas, já apontadas em trabalhos publicados em Portugal; outras em trabalhos de autores estrangeiros; estes apontaram-nas

(1) E. Babelon, *Description...*, Vol. II, pág. 535.

(2) Teixeira de Aragão, *Descrição das Moedas Romanas...*, pág. 225, n.º 493. TIBERIVS VETVRIVS PHILO foi sacerdote de Marte.

(3) Vid. Teixeira de Aragão, *Id.*, *id.*: cita Cavedoni, que interpretou o reverso desta moeda como representação de uma aliança, pelo facto de Tibério Vetúlio ter sido um dos magistrados monetários do ano 104 a. C.

(4) Babelon, *Description...*, Vol. II, n.º 8, pág. 558.

como moedas e não como de feição e valor religiosos ou amuléticos. Além das que **LEITE DE VASCONCELOS** inclui em *O Archeólogo Português* e em *Opúsculos*, com estas características, nenhuma das outras, agora irmanadas com as primeiras, tinham sido anunciadas.

Passando às moedas portuguesas, visto ignorarmos existência de germânicas ou arábicas (do tempo da ocupação muçulmana da Península Ibérica) ⁽¹⁾, apontem-se as que, por seu simbolismo e igual utilização, podem considerar-se de aplicação a intuitos religiosos.

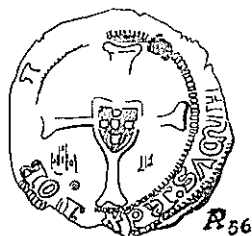


Fig. 4

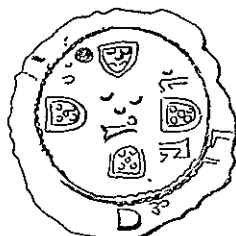


Fig. 5

- 4 — *Barbuda*, de D. Fernando, com o orifício de suspensão, que deixa praticamente de pé a cruz.
- 5 — *Real*, de D. João I, com o orifício de suspensão, que dispõe claramente os escudetes em forma de cruz.

O reverso da *barbuda*, de bolhão, de D. Fernando (Fig. 4), tem as quinas assentes no centro de uma Cruz de Malta ou do «Espírito Santo»; o orifício de suspensão, ao lado direito do topo superior da cruz, conserva-a na sua posição própria, levemente oblíqua, e o busto real do anverso fica invertido. **LEITE DE VASCONCELOS** refere-se a uma meia-*barbuda*, munida de orifício: a cruz é cantonada pelas letras O P T P, PORTO; o orifício está no P, e a suspensão deitou a cruz em X ⁽²⁾.

Os ceitis de D. João I não têm cruz, mas a disposição dos escudetes das armas nacionais é cruciforme; insistentemente, o orifício tem de pé esta composição, o que se não repete com a sigla ou o monograma do Rei. Já o *real* (Fig. 5) conserva de pé a cruz que tem, e deitado o escudo real ⁽³⁾. O *real* de D. João II tem o orifício no vértice do escudo, que, embora fique invertido, ainda man-

(1) Aparecem moedas arábicas de prata, com dois orifícios a par, mas bastante recentes.

(2) Leite de Vasconcelos, *De Terra em Terra*, Vol. III, pág. 39, Lisboa, 1927.

(3) Fernão Lopes afirmou que os reais de prata de D. João I eram portadores de virtudes maravilhosas. *Crónica de D. João I*, 1.^a ed., I, pág. 90.

teve posição vertical e deixou ao invés os castelos. Já o meio-real de prata de D. Manuel, com a cruz de Cristo, deixou de pé, com o orifício, a cruz e a composição cruciforme dos escudetes das quinas, mas por coincidência da cunhagem. Em outra moeda manuelina, o cinquinho, de prata (Fig 6), o que ficou de pé foi o escudo real, e transverso o M real coroado; comparando esta posição, em que foi realçado o símbolo nacional, a aplicação da mesma moeda a ser suspensão, como manifestação pessoal, foi certamente posterior e, desta maneira, já não entrará no número de moedas religiosas, para ser moeda de objectivos políticos, como tantas outras.

Moedas de cobre de dez reais, tanto de D. João III como de D. Sebastião, apresentam o orifício de suspensão, como já foi apontado, para que o X

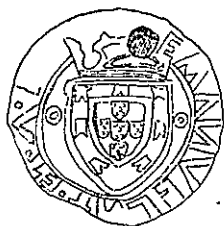


Fig. 6

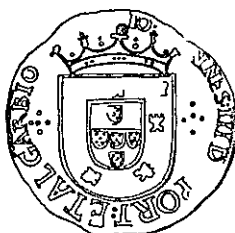


Fig. 7

6 — Cinquinho, de D. Manuel I, com o orifício de suspensão, que mantém ao alto o escudo régio.

7 — X reais, de D. João III, com o orifício de suspensão a conservar o escudo na vertical.

ficasse transformado em cruz, mais ou menos oblíqua, porque as hastes da letra valorativa eram muito abertas. Numas de D. João III (Fig. 7), as armas reais estão ao alto, desde que o orifício foi aberto no vértice da coroa; em outras de D. Sebastião, a haste descendente esquerda-direita está vertical, e a outra quase horizontal: com a obliquidade das armas nacionais ou reais, provocada pelo orifício no extremo esquerdo da coroa, deduz-se que foi uma cruz que se quis obter, embora coincidam os elementos monetários das duas faces em moedas de igual valor de D. João III.

Creio que, sob este critério de interpretação religiosa das moedas com cruz ou com arranjo de composição cruciforme, não foi dado ao sinal cristão o significado pagão de amuleto, embora o tivesse em tempos arcaicos, antes da cristianização, que a tomou por símbolo de Cristo e da religião. É certo que ainda o povo português a traz conjuntamente com amuletos profanos, ao lado de medalhas de devoção, com o sentido de aproveitar as virtudes ine-

rentes aos objectos cristãos, sem descrever de objectos e signas que o não são e marcam continuidade eclética e de sobrevivências de significação preservativa, amulética ou talismânica.

As moedas romanas apareceram, ao que se sabe, com o orifício do uso que tiveram; em outras, as de que se não sabe, verifica-se a antiguidade do orifício. As portuguesas, com o emblema cristão, podem ter sido usadas no seu tempo e muito depois, como ainda se encontram hoje, pois que não era o valor de moedas, já sem curso ou valor fiduciário, o que se pretendia nelas, mas a cruz ou o que valesse por cruz ⁽¹⁾.

A — 4) — *Nas manifestações de ordem política*

Serviram as moedas para manifestações políticas: moedas políticas. Se compararmos os exemplares de moedas, que nos reinados de D. Luís I a D. Manuel II foram utilizadas como reflexos das lutas de regime político entre partidários das instituições monárquicas vigentes e da forma republicana, podemos aceitar que certas moedas com orifício de suspensão e de outros períodos agitados da vida nacional, tenham tido uso semelhante.

Exemplares de moedas de D. Fernando, de D. Sebastião, talvez de D. António, de D. João IV, de D. João VI, de D. Pedro IV, de D. Miguel, de D. Maria II, que estão providos de furo de suspensão, manifestam utilização pessoal na ordem das medalhas de veneração e dos amuletos protectores. Os acontecimentos de política interna e externa (D. Fernando, D. João VI, etc.) justificam a suposição. Uma moeda de *X reais* de D. Sebastião tem o X tão aberto que, furada por cima da haste descendente esquerda-direita, ficou a letra em forma de cruz, com o braço quase horizontal. Aproveitamento duplo: moeda religiosa, com a cruz, e moeda política, por ser do «Desejado» ou «Encoberto»? Dois vinténs de prata do mesmo Rei têm o S (inicial do nome) de pé, com o furo de suspensão por cima da coroa real, que cobre a letra: estas são, sem dúvida alguma, belos exemplares de moeda política, utilizadas no período filipino e, certamente depois, enquanto o «sebastianismo» teve oportunidade e sequazes. Nenhuma outra interpretação justificaria esta veneração pelo S real. Todavia, a mesma moeda aparece também com o S deitado ou transversal, para deixar ao alto as armas nacionais.: parece poder afirmar-se que neste caso dominou a atenção por elas e não pelo S, o que indicará o aprovei-

(1) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, vid. «Algumas ideias do povo a respeito da cruz», Vol. V, pág. 593. Quaisquer que sejam as «ideias do povo», a cruz, por mais desvirtuada que possa andar no conceito apreciado, é sempre essencialmente a cruz cristã.

tamento posterior à crise aguda e activa do «sebastianismo», tanto mais que um exemplar destes tem no orifício um anel de arame, que completa e assegura mais comodamente a suspensão; outro tem igualmente o anel, mas enfiado em aselha que mantém o S vertical.

Outra moeda, também de *X reais*, de D. João III, pode ter tido a mesma significação dupla: o X, com a suspensão idêntica à da correspondente moeda de D. Sebastião, sugeria a cruz; as armas nacionais do anverso ficaram igualmente de pé, o que foi intencional, pois, em relação ao X, o orifício era indiferente na posição em que o abriram, ou em qualquer das outras três apontadas na continuidade das hastes do X. A posição das armas reais seria assim manifestação patriótica: genuínas de um soberano português, em oposição à presença dos monarcas da Casa de Áustria.

Os ceitis e os reais de D. João I terão sido também moedas políticas de adesão e reconhecimento ao Rei, que libertou a independência nacional da ameaça castelhana: os escudetes em cruz de umas valiam a cruz de outras; a inicial e o monograma do Rei identificavam-no com o sentimento pessoal de quem usasse consigo ou nas suas coisas a moeda manifestada. Das moedas similares, batidas nos reinados seguintes, não existe nenhuma com as características das que se encontram entre as de D. João I, na colecção do Museu Etnológico e em outras colecções particulares conhecidas.

No período agitado e longo do embate das instituições tradicionais com as do liberalismo francês, os Portugueses separaram-se em duas facções: uma partidária da continuidade tradicional, outra das ideias políticas da Revolução. As moedas reflectiram o espírito de uns e outros; assim, apareceram moedas com orifício de suspensão de D. João VI, de D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil, D. Miguel e D. Maria II, ou adaptadas em montagens especiais, desde as mais modestas até às de luxo.

A maior parte das que manifestavam adesão miguelina desapareceu no terror da derrota, o que justifica a falta delas nas relíquias populares ⁽¹⁾. Dá-se o contrário com as de D. Pedro e de D. Maria II. Os vinténs de D. Pedro ora têm direitas as armas do Brasil, e no reverso os algarismos, ora endireitam estes e deixam quase invertidas as armas. Os X réis de D. Maria II (Fig. 8) foram furados no topo da coroa real, o que manteve ao alto as armas e invertido o reverso com a grinalda.

Quando no reinado de D. Luís I surge o movimento de propaganda

(1) Em 1952, na «Exposição Iconográfica de D. Miguel I, Rei de Portugal e Algarves», realizada no Palácio da Independência, em Lisboa, estiveram: uma corrente de moedas de ouro recortadas horizontalmente (n.º 275 do Catálogo) e uma moeda, também de ouro, recortada para servir em corrente de relógio (n.º 276). Havia também bastantes medalhas do soberano (n.ºs 162-202).

republicana e começam as manifestações contra o regime monárquico, as moedas retomam o seu lugar na liça. Os meios-tostões (50 réis) de prata, de módulo muito reduzido, os vinténs e os III réis de cobre, maiores, foram usados, e têm por isso o orifício de suspensão. Igualmente, os tostões de prata, os dez e os



Fig. 8

X réis, de D. Maria II, com o escudo na mesma posição vertical.

cinco réis de D. Carlos I conservavam na suspensão o busto real ao alto. Os 10 réis, de 1891, talvez por consequência do ultimato inglês, apresentam o escudo nacional em evidência (os algarismos ficaram invertidos, com o orifício de suspensão no vértice da coroa real). Referimo-nos apenas a exemplares que vimos.

Moedas de prata e de cobre, sem pôr de parte os cinco réis de cobre de D. Manuel II, após o regicídio e nos primeiros anos do regime republicano, tiveram largo curso de aplicação a alfinetes, pregadeiras, pingentes ou berloques de pulseiras, etc. Reciprocamente, os partidários das ideias contrárias gravavam nas moedas o barrete frigio nas cabeças dos monarcas, apunham outras marcas alusivas, e, com a sugestão caricatural de Rafael Bordalo Pinheiro nas suas revistas de ataque político, de Guerra Junqueiro nas diatribes de poesia combatente, punham na cabeça de D. Carlos o chapéu à Mazantini e na boca o charuto régio (era o caçador Simão, junqueireano). À prova de desregramento pessoal da autoria e abuso de liberdades, apareciam moedas com acréscimos obscenos. Assim, as moedas reflectiram momentos da História nacional.

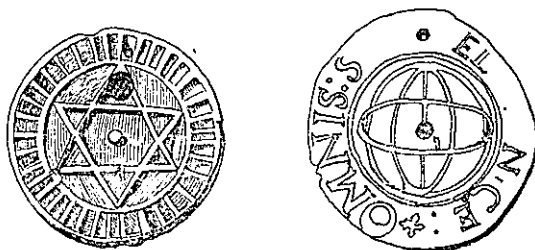
A — 5) — *No campo das superstições*

a) — *Nas próprias moedas:*

Moedas com representações de figuras ou símbolos mágicos, antigos e tradicionais, e de outros sinais posteriormente assimilados por semelhança ou adaptação, formam capítulo à parte. É o das moedas de superstição ou moedas-amuletos.

No espírito de quem mistura emblemas de religião com emblemas de superstição directa, não é fácil limitar o âmbito de uns e outros. Há todavia um núcleo de acção e virtudes que os define. Símbolos religiosos, procedentes da religião (no nosso assunto a cruz e as figuras ou arranjos cruciformes e como tais considerados) distinguem-se bem, na sua feição, dos símbolos extra-religiosos, às vezes para-religiosos, que valem por virtudes intrínsecas, atribuídas por crenças animistas e naturalistas e por valores mágicos. Nestes domina o *sino-saimão* ou *sino-samão*, o *Signum Salomonis*, que LEITE DE VASCONCELOS estudou amplamente em *O Archeologo Português* (1).

Ao *sino-samão*, estrela de cinco pontas, o *pentalfa*, associou o povo o *hexalfa*, encontrado em moedas marroquinas (Fig. 9), de que se encontram em



9 — Moeda marroquina, com o *signo-saimão*, mantido, pelo orifício de suspensão, na sua forma normal.

10 — Tinto (*Tentus Portugaliae*), com a *esfera armilar* deformada, mantida pelo orifício de suspensão na vertical do símbolo.

Portugal numerosos exemplares (2), e a *esfera-armilar* dos «contos de contar» (Fig. 10) e a das moedas portuguesas dos Séc. XVIII e XIX (Fig. 11). Ao apresentar os amuletos portugueses, já LEITE DE VASCONCELOS atentou nesta assimilação: *sino-samão* — *hexalfa* — *esfera-armilar* e *esferóide* correspondente (3). Moedas estrangeiras com desenhos irreconhecíveis ou, quando muito, de interpretação ora difícil, ora impossível, foram também aproveitadas para amuleto. Aparecem exemplares bastantes para considerarmos o significado popular delas e as associarmos ao conjunto das moedas nacionais de uso supersticioso,

(1) Leite de Vasconcelos, *Signum Salomonis*, em *O Archeologo Português*, Vol. XXIII, Lisboa, 1918, págs. 203-317, texto de págs. 203 a 270, com XXII Estampas (págs. 272 a 316) com 237 figs.

(2) Leite de Vasconcelos, *Signum Salomonis*, pág. 209.

(3) Leite de Vasconcelos, *Signum Salomonis*. «I-Pentalfa & hexalfa», págs. 204 a 269.



amulético. Todas apresentam o orifício de suspensão para o símbolo ou pseudo-símbolo ficar em posição vertical.

Nas «arrelicas» ou «arreliques», e relicários de trazer ao pescoço, e «cambolhadas» de amuletos misturados, andaram os símbolos cristãos: crucifixos ou cruzes simples; medalhas de devoção; tríplice símbolo das virtudes cardeais: cruz (fé), âncora (esperança) e coração (caridade), pequenas imagens (1).

O pentalfa e o hexalfa andaram associados nas superstições, que o povo manteve; escreveu LEITE DE VASCONCELOS, a propósito do *Signum Salomonis*: «Tanto o pentalfa como o hexalfa constituem tipos e símbolos de moedas maometanas da idade-média e de época posterior até a actualidade»... «O mesmo se dá com muitas moedas de prata e de cobre, de Marrocos, etc.» (2).

Ligando valor amulético ao sino-samão, o pentalfa, estrela de cinco pontas, é fácil assimilar-lhe o hexalfa de seis pontas, de dois triângulos equiláteros,



Fig. 11

11 — XL réis, de D. José I, com a esfera armilar ao alto, com forma regular.

invertidos, com as bases paralelas, e vértices opostos a atravessá-las, ficando salientes. Moeda que aparecesse com este sinal, o que foi sempre frequente pelos contactos medievais com os muçulmanos na Península e em Marrocos, era aproveitada como amuleto e portátil com facilidade extrema, e associado aos outros amuletos, tal foi a assimilação dele a formas conhecidas (sino-samão) e congêneres. Por isso, não é de estranhar o uso destas moedas a par dos amuletos, principalmente dos monetiformes.

Também a superstição popular, ligada aos símbolos e emblemas monetários, associou ao sino-saimão a esfera armilar das moedas dos Séc. XVIII e XIX,

(1) «De tous les temps les monnaies ont été dans un rapport plus ou moins étroit avec la magie ou la religion». Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. V. pág. 111 e ss. Lisboa, 1938.

(2) Leite de Vasconcelos, *Signum Salomonis*, pág. 209.

e dos contos de contar do Séc. XV (D. João II) e XVI (D. Manuel I a D. Sebastião) ⁽¹⁾. Assim, aparecem moedas e contos com o orifício de suspensão, que deixou de pé a esfera ou esferóide, ora na posição correcta do cunho, ora invertida, a não ser que a moeda tenha sobre a esfera o escudo nacional, como, por exemplo, nas macutas de D. José e nos X réis de D. João VI, ou se reparasse na posição das letras romanas com o valor monetário para que ficassem ao alto o escudo e estas.

Também se relaciona a moeda com o crescente lunar, a vulgar «meia-lua», amuleto corrente. Não porque em moedas portuguesas tivesse havido cunhos com esse símbolo, mas porque foram cortadas moedas de cobre e de prata para tomarem a forma semi-lunar, mais ou menos larga: ora ficando de bordos contínuos, ora, pela parte côncava, representando o nariz, saliente, riscando-lhes na chapa os olhos e a boca, e também, saliente e nítida, a figa. O orifício de suspensão deixava a lua com as duas pontas para baixo, aberto ao meio do bordo convexo, ou de pé, com o furo numa das pontas. As moedas preferidas foram os vinténs e os dez-réis; umas ficavam lisas, outras, como foi dito, com incisões representativas dos olhos e da boca da «cara» da lua antropomorfizada, desde que no recorte côncavo estivesse representado o nariz ⁽²⁾.

b) — *Por intermédio das moedas:*

1) — No nascimento:

— Na primeira água em que é lavada uma criança recém-nascida, se for do sexo masculino deitam dinheiro, para que seja rica; se é rapariga põem qualquer objecto de ouro, com igual objectivo ⁽³⁾.

— Adivinhos, curandeiros, benzilhões conhecem-se quando nascem, por trazerem no céu da boca uma cruz como a do reverso dos «pintos» ⁽⁴⁾.

— De regresso da igreja, onde a criança foi baptizada, o padrinho atira moedas de pequeno valor, para que os rapazes as apanhem; originariamente, o acto seria mais significativo que a posterior manifestação festiva; atrairia para a criança simpatias da comunidade e provocaria nelas o espírito de generosidade e colaboração na mesma comunidade: os bens, simbolizados na festa, lho permitiriam (*bonum omen*).

(1) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. V, pág. 115; *O Archeologo Português*, Vol. XXII, Paulo Ferreira de Lemos, «Contos para contar», NVMMVS, Vol. III, pág. 114-121, Porto, 1955.

(2) Leite de Vasconcelos, *Elencho das Lições de Numismática*, «Moedas amuletos», Vol. I, pág. 21 e ss. Lisboa, 1889. *Opúsculos*, Vol. V, págs. 115 e 572.

(3) Leite de Vasconcelos, *Tradições populares de Portugal*, pág. 69, n.º 149, c). Porto, 1882.

(4) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, Vol. I, n.º 83, pág. 164, Lisboa, 1926.

2) — Nas sortes casamenteiras da noite de S. João :

— As raparigas atiram à fogueira uma moeda; foi ordinariamente de 5 réis, hoje será de 10 centavos; na manhã imediata, vão procurá-la, e dão-na ao primeiro pobre que lhes apareça; o nome do pobre ou o primeiro nome que pronuncie, sem ser o dele, anuncia o do rapaz com que hão-de casar ⁽¹⁾.

— Raparigas e rapazes atiram a moeda à fogueira; no dia seguinte, tratam de saber o nome de quem a apanhou, e será esse o do noivo ou noiva dos pretendentes ⁽²⁾.

3) — No casamento :

— A noiva mete uma moeda na meia que leva calçada no dia do casamento, para que o novo lar seja feliz, com dinheiro em casa ⁽³⁾.

— O noivo deve meter também no bolso ou num sapato a moeda, na mesma ocasião e com igual fim ⁽⁴⁾.

— O lançamento de moedas pelos padrinhos de casamento, mencionado na alínea 1 (baptizado) no regresso da igreja, deve ter tido de começo a mesma significação; corroborá-la-á o lançamento de amêndoas, nozes, etc., e, da parte de amigos, em cooperação correspondente, o de bagos de arroz ou trigo.

— Como costume de casamento, a ligar com estes aqui apontados, e mais ou menos gerais, embora com variantes de pormenor, é o de Jardim do Mar, no concelho de Calheta (Ilha da Madeira): no fim da boda, chegam duas raparigas, uma com bacia de água às mãos, outra com toalha: todos passam as mãos pela água, purificadora para o ritual, e vão deixando nela moedas; no fim, estas são recolhidas e distribuídas, as de prata para a noiva, as de cobre para as raparigas que serviram a bacia e a toalha ⁽⁵⁾.

4) — Na morte :

— Mete-se dinheiro no caixão ou no fato do morto :

a) — para ele passar a Santiago de Galiza : Guifões (Bouças) ⁽⁶⁾.

b) — para passar o barco ou a ponte para o Paraíso : Cimbres (Mondim da Beira) ⁽⁷⁾.

(1) Jaime Lopes Dias, *id.*, Vol. V, pág. 139. Lisboa, 1939.

(2) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. V, pág. 586, e Vol. VII, pág. 1330.

(3) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, Vol. I, n.º 97, pág. 169.

(4) Jaime Lopes Dias, *id.*, Vol. V, n.º 236, pág. 224.

(5) Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, pág. 677, Funchal (?), 1940.

(6) Leite de Vasconcelos, *Tradições populares de Portugal*, pág. 142; há um buraco por onde passa toda a gente, mas a passagem é paga.

(7) Leite de Vasconcelos *Id.*, *id.*

c) — para pagar a passagem: Zebal (Vieira do Minho) (1).

d) — para pagar ao barqueiro o transporte do caixão no barco, e não andar a alma a vaguear pela margem, à espera de passagem: Cornes (Arouca). (A povoação fica na margem direita do rio Paiva, e o cemitério na oposta) (2).

5) — Picar, talhar ou cortar amizade e amor:

— Dar alfinetes, agulhas, tesouras, navalhas, o que pique, talhe ou corte, é ferir a amizade ou o amor entre quem dá e quem recebe; para quebrar o mal, o «enguiço», quem recebe dá uma moeda a quem dá, simulando assim compra, a enganar a sorte.

— O lenço é sinal de amor e seu símbolo; dar um lenço, porém, quebra esse amor; engana-se o mal, como no caso anterior: quem o recebe paga-o simbolicamente com uma moeda.

— Não devem dar-se estampas religiosas, rosários, cruzes ou medalhas: os santos e as coisas bentas não se dão; mas, como para os adquirir se compram, simula-se igualmente a compra (3).

A — 6) — *Nos jogos e diversões*

A moeda, como tal, e pela sugestão das duas faces opostas, ou pela forma de chapa circular, entrou em jogos de crianças e adultos. Destes jogos, uns atendem à interpretação oportuna dos cunhos do anverso e do reverso, outros à forma e às dimensões da moeda, objecto de valor.

a) — *Interpretação dos cunhos*: Tem por fim adivinhar ou decidir alguma coisa. Para esse fim, um, dois ou mais indivíduos, conforme combinação prévia, atiram a moeda ao ar e observam qual a face voltada para cima; tem o valor maior a «cara», isto é, o anverso, e dá vantagem a quem tenha votado por ela; ou, entre dois objectivos a escolher, dá preferência ao que, por proposto acordo, lhe corresponda.

O lançador propõe o acto com palavras representativas, como estas, com entoação interrogativa; *cara* (anverso com o busto) ou *cruzes* (se o reverso as tem); ou então: *cara* ou *letra* (algarismos romanos do valor monetário) ou *número* (algarismos); em vez de letra, diz-se também *X* (*cara* ou *X*?).

(1) P. Alves Vieira, *Vieira do Minho*, pág. 192, Braga, 1925.

(2) Jaime de Castro Pinto Bravo, *Monografia do extinto concelho de Sanfins da Beira*, pág. 227, Porto, 1938. Recordem-se os ritos da passagem dos mortos, desde o óbulo deixado no túmulo egípcio para a passagem ao reino de Osiris, juiz das almas, até ao mito de Caronte, condutor das almas que o esperam na margem da lagoa Estigia, e recebe o óbulo, que levam.

(3) Luís Chaves, *O Amor Português*, pág. 76, Lisboa, 1922.

BLUTEAU registou o nome deste sorteio: «jogar as chapas» (1). Ainda em Elvas, Beja, etc., se lhe chama «jogo da chapa». Como o reverso geralmente contrariava a sorte, a palavra que, no lançamento da moeda, se opunha a *cara* (vitória) era *azar* (derrota): *cara ou azar?* (2).

Também, com o mesmo fim de «tirar à sorte», faz-se girar a moeda verticalmente sobre si, e procura-se-lhe a face, que fica à vista, quando o movimento de rotação termina e ela assenta.

b) — *Lançamento em jogo de objectivo ou alvo*: É o lançamento de moedas no jogo do fito, com duas ou mais pessoas.

Corresponde ao jogo do chinquillo, fito ou malha, mas em recinto reduzido ou dentro de casa. «Fito» significa o alvo, que o jogador «fita», mira ou olha; nada a significação tem com moeda. «Malha» é nome que já se relaciona com moeda, *mealha*; esta estendeu-se à chapa metálica, e, por semelhança, à chapa de pedra, «patelas», com que os jogadores procuram atingir o alvo, «fito» (jogar o fito) ou «meco» (jogar o meco), no «jogo da malha». Jogar com «patacos» ou «vinténs» equivale assim a fazê-lo com a antiga «mealha», na significação de moeda miúda, utilizável para pequenas distâncias, e, por isso, fito de dimensões reduzidas, — «pinos».

c) — *Adivinhação de lugar onde a moeda se esconda*: É jogo de sala, como o «jogo das prendas», no qual a prenda é substituída por uma moeda pequena.

Um dos jogadores tem a moeda escondida nas mãos; passa-a disfarçadamente a outros; a adivinha consiste em o «andador» a procurar; encontrando-a, o jogo prossegue com outro jogador a procurá-la.

Se bem que este divertimento não tenha objectivo de sortilégio, pode-se-lhe comparar o costume de esconder moedas no interior de bolos, como, em tempos melhores para franquezas, sucedeu com o «bolo-rei», na quadra do Natal, em dia de Réis; a moeda transmitia boa sorte a quem a encontrasse na parcela distribuída que lhe coubesse. Actualmente, foi substituída por imitação de qualquer moeda, dourada e não, ou por figurinhas de pechisbeque, louça, etc., sem valor estimativo, mas de boa satisfação para quem as alcançar (3).

(1) Bluteau, *Vocabulário*, Vol. II, pág. 273.

(2) Não era outra coisa o «ostrakinon», jogo grego com pedaços de louça preta (induto), que eram lançados ao ar, a ver qual a face virada para cima (preta do induto, ou vermelha do barro). E' o «pile ou face» dos Franceses: «pile», a face com as armas do soberano da Nação, ou com a indicação do valor da moeda.

(3) Funda-se este costume da moeda na pastelaria temporã (Natal, Ano Novo, Réis) em velha crença de que moeda presenteada exprime voto de abundância de dinheiro: pelo Ano Novo, para todo o ano começado; nos Réis, evocação dos ricos presentes, levados pelos Magos ao Menino Jesus. Pode-se talvez aproximar o costume popular de no «compasso» paroquial, na Páscoa, meter uma moeda numa laranja, que o pároco recolhe na visita à casa dos seus paroquianos.

B) — Utilização de supostas ou falsas moedas

Substituíram as moedas verdadeiras, quer em curso quer já fora dele, outras formas monetiformes. Entre estas andaram, como se fossem moedas e tomadas por elas, os contos, contos para contar, ou «dinheiros» de conto e moedas de conto.

NVMMVS publicou a págs. 94-121 do seu n.º 9 (Vol. III-2) de Agosto de 1955, um estudo do Sr. Eng. PAULO FERREIRA DE LEMOS, com o título de *Contos para contar* e o subtítulo de «Ensaio para o seu conhecimento e sua classificação». Importa aqui observar o que diz em págs. 94-97, acerca da definição dos «contos». Veio estimular entre nós os estudos de MANUEL JOAQUIM DE CAMPOS em *O Archeologo Português* (1).

Desempenhando a função de substitutos das moedas na contabilidade particular e do Rei, tinham a forma de moedas e ostentavam cunhos com reprodução mais ou menos fiel delas e com símbolos correntes na época da cunhagem.

Quando esses cunhos apresentavam o que se via nas moedas, e eram utilizados com objectivos de manifestações religiosas, patrióticas ou supersticiosas, confundiam-se os contos e as moedas, sem qualquer distinção de curso ou de material; apenas valiam pelo objectivo que lhes era atribuído.

Além destes simulacros de moedas e auxiliares destas, apareceram imitações de moedas, falsas moedas, com o fim de as substituir sem desvio delas e com o proveito da barateza na aquisição, sem prejuízos graves nos estragos ou perdimentos.

Sigamos a mesma ordem da parte A), para estas espécies de agora.

Contos:

Nas superstições: serviam de amuletos:

— conto de D. João II (época), com o pelicano da insígnia real (fig. 12): incluiu-o M. JOAQUIM DE CAMPOS no segundo grupo da sua classificação, século XV (2).

(1) Em *O Arch. Português*, Vol. V, 1900, principiou a série «Contos para contar» o Dr. Leite de Vasconcelos, com uma nota preliminar à notícia e reproduções de «contos». «Da colecção de Júlio Meilli», originários de Portugal (págs. 52 a 64). No mesmo volume publicou Arsénio Álvares da Silva «Variantes» dos anteriormente apresentados (pág. 168). Manuel Joaquim de Campos publicou em 1902, no Vol. VII, «Observações diversas e exemplares inéditos» (em relação às notícias anteriores) (pág. 289-304), e em 1906, no Vol. X, «Exemplares inéditos» (págs. 358 a 373). Também colaborou Henrique Botelho, em 1904, Vol. IX.

(2) Em *O Arch. Português*, Vol. VII, pág. 294.

Estranhou encontrar um exemplar com o orifício de suspensão, característico dos amuletos: «É nova para nós outra applicação (antiga?), dada aos contos. Serviram de amuletos! Existe uma prova d'isto no Museu Ethnologico Português: é um exemplar do tempo de D. João II, com o typo de pelicano...» (1). Supôs que, por apresentar uma ave, fosse usado para afugentar doenças das aves domésticas. Por que não seria usado antes para



Fig. 12 — «Conto de contar», com o pelicano de D. João II.

procriação das aves de capoeira ou de viveiro? O pelicano a alimentar os filhos, que se vêem aos pés da ave, de cabeças erguidas e bicos abertos, sugeriria que a sua presença seria útil à vitalidade dos filhos. E, com o mesmo intuito, por que não há-de admitir-se que servisse de amuleto à própria fecundidade feminina e à criação ou amamentação das crianças? Apesar destas considerações, este conto pode muito bem entrar na série monetiforme dos simbolismos de aproveitamento religioso, desde que foi tomado por símbolo da Eucaristia ou de Jesus Pai de todos os homens.

O exemplar a que se referiu M. JOAQUIM DE CAMPOS está ainda no mesmo Museu, que hoje tem a designação oficial de «Museu Etnológico Doutor Leite de Vasconcelos», e vai reproduzido nestas páginas.

A peça foi mencionada por TEIXEIRA DE ARAGÃO (Vol. I, n.º 1, pág. 245). O orifício parece antigo, o que prova a antiguidade da utilização desse conto. Está aberto na extremidade da cauda, ficando assim a ave de cabeça para baixo, o que talvez fosse intencional: as cabeças do pelicano e dos três filhos ficariam mais visíveis, destinando-se a eles o valor profiláctico do símbolo amulético.

— contos com a esfera, de D. João II a D. Sebastião (Séc. XV e XVI). MANUEL JOAQUIM DE CAMPOS reproduziu alguns em «Observações diversas e exemplares inéditos» (1902) e «Exemplares inéditos» (1906), dos estudos

(1) O Arch. Português, Vol. X, n.º 1, pág. 373.

da rubrica geral «Contos para Contar», publicados em *O Archeologo Português*. As estampas I e II do primeiro contêm onze reproduções destes contos, que ele colocou em seu quarto grupo de classificação; «nos reversos predomina a esfera, nua ou com globo, e com eclíptica ou sem ela». A estampa única do segundo tem três reproduções. E não aludamos a outras publicações, por desnecessário ser (1).

Pois bem, ao descrever o exemplar n.º 18 com o mesmo número na estampa I, diz: «exemplar de latão, furado, porém bello» (2).

Isto mostra apenas que não reparou na significação do orifício de suspensão de um amuleto monetiforme, em que a *esfera*, como sucedia com as moedas autênticas, e já ficou observado na primeira parte, era um símbolo venerado. Estranhar-se-á que só em 1906 manifeste a sua admiração por ter encontrado o conto do *pelicano*, a servir de evidente amuleto.

Ponham-se, pois, a par das moedas amuletoformes da esfera, os contos com a mesma figura.

O Sr. Eng. PAULO FERREIRA DE LEMOS incluiu no estudo mencionado a reprodução de quatro «moedas de conto» com o *pelicano* (n.ºs 45 a 48, págs. 103 e 113), e sessenta com a *esfera* (n.ºs entre págs. 49 e 108, 114 e 115). Atribui justificadamente quatro deles ao reinado de D. João II (n.ºs 49 a 52, pág. 104, estampas a pág. 114); assim, estes contos com a esfera foram usados desde o reinado do Príncipe Perfeito ao de D. Sebastião.

PEDRO BATALHA RÊIS, no *Guia de uma notável Colecção de Moedas Portuguesas*, que em 1948 esteve exposta, com todo o seu esplendor, no Palácio Foz, em Lisboa, referiu-se aos contos e ao seu emprego (pág. 17), e observou a importância do respectivo estudo, «muito embora já nos Séc. XVII e XVIII os contos fossem tomados por moedas, esquecidos como tinham sido a sua origem e significado». Deve-se notar que o emblema ou símbolo da esfera de Quatrocentos e Quinhentos foi conservado nas moedas correntes desses séculos, e, atento o sentido amulético dela, era justificado no uso amulético a popular e sobrepopular confusão da moeda e do conto.

Porque os contos, que se saiba, não foram utilizados no traje, na joalheria e nos jogos e diversões, não há-de fazer-se menção dos mais parágrafos, como no que respeita às moedas.

(1) Os outros artigos, mencionados na nota 2, pág. 43, contêm reproduções de contos com o *pelicano* (Vol. V, ns. 14 e 15, pág. 57, Est. I; e Vol. IX, n.º 1, pág. 170, Est. IX) e com a *esfera* (Vol. V, ns. 19 a 33 e 37 a 57, págs. 58 a 64; id. pág. 168; e IX, ns. 6 a 11, págs. 171-172, Est. II).

(2) O *Arch. Português*, Vol. VII, pág. 302.

Já o mesmo se não dá com as «falsas moedas», que serviram e, com a mesma utilidade servem, ao sabor das modas e dos gostos pessoais, nos enfeites e guarnições do traje e da falsa joalheria.

Falsas moedas ou jóias falsas:

- 1) — No traje, como as moedas.
- 2) — Na joalheria falsa, de metal barato: imitação de moedas conhecidas, antigas e modernas, nacionais e estrangeiras, nestas especialmente a «libra de cavalinho», e de tamanhos variados, consoante o gosto, a moda e a «jóia» a guarnecer: brincos, cordões e gargantilhas, pregadeiras, pulseiras: com a moeda isolada ou agrupada, móvel e oscilante, ou fixa.
- 3) — Nas manifestações políticas, como as moedas que imitam, aplicadas a guarnições, adereços, etc.
- 4) — Nos jogos e diversões, não substituíram a moeda corrente, por tal ser desnecessário, pois qualquer moeda, em qualquer ocasião, servia ao objectivo; poderão ter servido, quando muito, em jogos de sala, como o das prendas.
- 5) — Nas superstições terão servido quaisquer que reproduzissem os sinais amuléticos; para este fim, até moedas estrangeiras foram utilizadas, desde que apresentassem cunhos de misteriosa interpretação, como aconteceu com exemplares tunisinos de cobre ou latão com ramagens floridas.

C) — *Reprodução da moeda nas artes populares*

O povo reproduziu a moeda na decoração rica e simbólica das suas artes, essencialmente decorativas. Nuns casos, a representação da moeda foi apenas ornamental, para encher espaços nas peças a decorar. Em outros, a figuração da moeda obedeceu a intuitos talismânicos, para atrair ao decorador-autor ou a quem encomendou a peça, e ainda à pessoa a quem se destinava por prenda, a felicidade do dinheiro. Entre corações, com as chaves para os abrir, e rosáceas, figuras humanas, pares de namorados, Sol em pleno céu, Lua em crescente, um arraial, animais, e às vezes uma igreja, a do casamento, enfim, nesse ambiente imaginoso de afirmações amorosas, a *moeda* ou a faixa de moedas (anverso, ou também o reverso) têm o correspondente significado: não é apenas o amor e uma cabana, mas amor e dinheiro, felicidade nos amores e no dinheiro, simbolismo de riqueza espiritual e material.

1) — *Desenhada em matéria dura:*

A matéria mais utilizada é o chifre; nem admira: o principal artista formador e decorador da arte popular foi o pastor; por isso, o capítulo etnográfico da «Arte Pastoril» teve grande riqueza. O pastor, o boieiro, o vaqueiro,

tiveram sempre à mão a matéria-prima — o chifre. Duro, é difícil de trabalhar; mas, uma vez acabado o trabalho dos desenhos incisos na superfície da peça obtida, a ornamentação alegórica só se extinguiu com a ruína ou destruição do seu suporte.

Cornas, copos, polvorinhos, azeiteiros e objectos receptaculares afins, todos eles de utilidade prática, ostentam magníficas ornamentações, que formam uma linguagem específica, bem pensada e bem entendida.

No Museu Etnológico, a Secção de Etnografia tem belos exemplares desta espécie. Um deles acompanha estas notas (Fig. 13). Nele se vêem os instrumentos agrários e uma cabeça de boi, alusão directa ao estilo de vida que domina a actividade regional; ao centro apresenta uma faixa de cinco moedas, a saber, da esquerda para a direita: reverso, sem legenda alguma, de «coroa»; reverso de vintém de D. Luís I (1883); anverso de vintém de D. Carlos I (1891); seu reverso; anverso de outro vintém do mesmo monarca e igual cunhagem.

Muitas destas peças estão datadas, assinadas, dedicadas, por completo ou parcialmente. A que está em causa é curiosa, por ter todas as indicações de resenha: ESTA/CORNA; HE;DE / MARTINHO;JOZE / GUERRA; FOI;COMESADA / En Junho de Mil oito centos: noventa / CINCO;FOI; ACABADA;EM; 8 ' 11 : 1898 // O sinal de ponto e vírgula, de separação e ornato entre palavras da legenda, tem mais a forma de ponto de admiração, cujo ponto estivesse por cima e não por baixo da haste vertical.

LEITE DE VASCONCELOS publicou em *Alma Nova*, revista de Lisboa, em 1916, uma corna decorada; emborcada, isto é, colocando para baixo a peça pela parte mais larga, a servir-lhe de bocal, tem na orla deste a reprodução de um vintém de D. Luís I com a respectiva legenda (anverso) ⁽¹⁾. E em *Boletim de Etnografia* (n.º 1) inseriu também a notícia e a reprodução de um «polvorinho» que, no meio de profusa decoração, ostenta o reverso de moeda de 500 réis, de prata, com o escudo do Reino coroado e laureado ⁽²⁾. Na «corn» há duas datas: 1878 à esquerda, e 1884 à direita, mantendo-se o objecto na posição indicada. O «polvorinho» tem a data e a parceria de dois nomes, na legenda: JOAOMANOEL 1892 DIAS // JACITUARCENTU; pelo desenvolvimento dela, em volta do objecto, LEITE DE VASCONCELOS interpretou-a assim: João Manuel 1892 Jacinto Arsénio Dias.

(1) *Alma Nova*, Vol. I, n.º 16, Lisboa, 1916: Leite de Vasconcelos, «Etnografia Artística»: uma «Corna Alentejana», separata, pág. 10 e n.º 1.

(2) *Boletim de Etnografia*, n.º 1, pág. 36, Estampa II, Lisboa, 1919-1920.

Por vezes, estes pacientes artistas do ermo pastoril faziam caixas de chifre para transporte e conservação de tabaco («tabaqueiras»). São argolas, mais ou menos altas, talhadas transversalmente no chifre; a tampa, quando feita do mesmo material, apresenta, em alguns exemplares, o brasão real, copiado e ampliado de moeda de prata ou ouro de D. João V ou D. José, nos mais antigos, e de prata de D. Luís I e D. Carlos I.



Fig. 13

«Corna» alentejana; na decoração incisa foi incluída uma série de representações de moedas de cobre (XX e 20 réis).

Notável trabalho dos mesmos pastores-artistas é o das colheres de madeira; deles procedeu o aforismo bem conhecido: «quem não tem que fazer, faz colheres». E não as fazem só de madeira, visto que também empregam o chifre. O interesse deles, porém, é pela madeira, mais fácil de trabalhar.

Ora, uma colher tem a cava da concha, a principal parte e essencial do instrumento, e o cabo ou pega de manuseamento prático. É neste cabo que são aplicadas as habilidades e indústrias do ornamentista e ilustrador. Se acontece ser cilíndrico ou prismático, continua assim até à extremidade superior. A maior parte das vezes é chato, mais ou menos grosso, e vai alargando de baixo para cima, até formar no alto uma espécie de espaldar elíptico, circular ou oval, e nele estadeia a decoração simbólica-artística.

Esta decoração compõe-se, por via de regra, de uma bela rosácea, roseta ou «estrela», incisa, envolvida por circunferências, rasgadas, e por insinuante recorte periférico de dentes ou pontas, regulares, como contorno de renda. Frequentemente foi colorido de vermelho e azul, com acidentais valorizações de

branco, amarelo ou verde. Se os pastores gravam moedas na superfície dura do chifre, estavam por isso tentados a fazer o mesmo na madeira mais branda; na realidade, para a obra sair mais perfeita e ser mais duradoura, preferem madeiras rijas e compactas como o buxo e a cerejeira, que depois de polidas têm formosa pátina, e eles estão aptos a manusear.

O alargamento em espaldar da pega da colher sugeria logo a decoração

monetiforme. Assim aconteceu. O reverso armorial das moedas prestava-se melhor à decoração plena. Em colecções particulares do Alentejo foram reunidos alguns exemplares. No Museu Etnológico há dois ⁽¹⁾.

2) — *Recortada e incisa:*

Em Santa Vitória do Ameixial (concelho de Estremoz, Província do Alto Alentejo) adquiri de um pastor uma corrente dupla para relógio e bolsa do dinheiro, feita de crina branca de cavalo, com a travinca de chifre; ao centro pendia um disco de madeira de buxo com a reprodução incisa de uma moeda de 1 escudo, de prata, nas duas faces. Esta reprodução oferecia o interesse de estar no lugar em que era de uso figurarem, por ostentação, autênticas moedas de ouro ou prata.

Outros exemplares tenho encontrado, também de madeira, uns com aselha simples, como medalhas para suspensão, outros com duas aselhas opostas, para aplicação a gancho de meia: uma a fixar com alfinete no ombro, outra com a fita, munida de gancho (alfinete dobrado), para nele correr o fio.

Como há pulseiras de moedas encadeadas («prendas velhas») e de imitações de moedas («prendas novas»), fizeram-nas de madeira os artistas rurais, tomando as verdadeiras por modelo.

3) — *Modelada em barro:*

No intuito de aproveitar o prestígio dos patacos, que figuraram o valor da moeda em função de riqueza, e a exprimiram na linguagem corrente de «ter seu pataco», «ter uns patacos», «custa alguns patacos», as olarias das Caldas da Rainha moldaram patacos de barro, esmaltados de verde, com os cunhos de D. João VI (com a data de 1895).

Surgiram assim patacos de barro, avulsos. Mas o aproveitamento da sugestão foi mais longe. Objectos de uso doméstico foram ornamentados com alguns patacos, como, a título de exemplo, podemos citar a tijela ou malga com tampa: esta foi decorada com sete patacos, dispostos negligentemente, alguns encavalitados, outros a deslisarem; a peça é a «malga dos patacos», onde poderão ser guardados os patacos das sobras miúdas. As moedas

(1) Não será este o lugar mais próprio para as notas seguintes: não tratam de imitação popular mas da utilização da moeda em usos a que se presta pelo significado ou pela forma. Mas aproveita-se a oportunidade.

Pelo significado nobre da moeda ou do cunho: medalhas religiosas têm no anverso a imagem evocada, e no reverso as armas reais como nas moedas de prata.

Pela forma, aplicam-se moedas de prata a rodízios de carretilhas metálicas ou de madeira, empregadas na culinária, com os bordos denticulados, e também, direitas, a substituir as rosetas ponteagudas, nas esporas dos cavaleiros (em passeio a pé ou para montar cavalos brandos).

assim utilizadas teriam talvez, no começo ou no engodo dos adquirentes, qualquer sentido mágico de atrair os «patacos». Cabia nas intenções etnográficas de Rafael Bordalo Pinheiro.

Perdido este, nada mais ficava que a originalidade decorativa e a utilização de uma «lembrança das Caldas» em feição de dinheiro.

4) — *A lendária moeda de couro:*

Cabe nesta rapidíssima resenha uma referência à «moeda de couro», isto é, recortada em cabedal. No Museu Etnológico é frequente perguntarem os visitantes onde podem ver «moedas de sola», de que não vêem nenhum exemplar.

MANUEL JOAQUIM DE CAMPOS, ao definir a formação, o uso e a evolução dos contos, refere-se às senhas de couro: «No Séc. XVII os contos degeneraram em senhas, criadas para novos encargos, e na degeneração, perdido o carácter de moedas, marcaram-lhes francamente valores, estampados nas gravuras ou arbitrados por convenções particulares. Foram fabricadas de metais, de marfim, de madeira e de sola». Reproduz um exemplar de senha de sola, datada de 1861. O cunho obtinha-se pela acção de modelo de ferro aquecido. Explica o uso: «Exemplares identicos seriam distribuidos a trabalhadores em grandes fainas, agricolas, por exemplo. Cada senha representaria qualquer phase de trabalho frequentemente repetida. Finda a semana, ou o dia, cada trabalhador recebia a somma a que tinha direito, conforme o numero de senhas que apresentava. Para este fim a leveza da sola seria mais conveniente que o peso de metaes assinalados» (1).

É uma hipótese justificada até por comparação com o que se fez em Portugal por ocasião da Grande Guerra: empresas e estabelecimentos comerciais criaram senhas particulares, desde as de papel e cartão às de folha e zinco, estanho, etc., para facilitar as transacções. Também as fichas de jogo aproveitavam qualquer material, pobre ou rico, por fim conversível em moeda corrente.

5) — *Tecidos estampados, rendas e bordados:*

Integrados no gosto popular, perdido ou atenuado o sentido talismânico, correram no mercado alguns panos estampados, em que figuravam moedas. Nas rendas e nos bordados caseiros foram também reproduzidas. Não sei de exemplares que possa mencionar, mas lembro-me de ver tecidos na meninice, e encontrei-os por 1916 em bordados e rendas do Alto Alentejo.

(1) O Arch. Português, Vol. VII, pág. 299. Viterbo, no Elucidário, diz: «Moeda de couro, ou sola. Nunca entre nós se fabricou». s. v. «Moeda».

D) — *A moeda na linguagem*

Moedas antigas e modernas entram na linguagem vulgar com os nomes oficiais ou com designações populares. A forma, o valor numérico, os cunhos, certas circunstâncias ligadas à moeda, as operações e a valorização, etc., influíram no prestígio, na aceitação, na escolha, no «luxo» da moeda na linguagem corrente.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, no Séc. XVII, nos diálogos do «Escritório Avarento», põe as moedas a falar.

O *Português*: «...eu, pela graça de Deus, de ser velho me consolo, com ser cristão velho, sem raça de judeu ou mouro, como o jura pela mesma cruz este hábito de Cristo, que trago nos peitos e que el-rei mandou lançar no berço...»⁽¹⁾.

O *Cruzado*: «um pobre cavaleiro africano do próprio hábito de vossa mercê»⁽²⁾.

O *Vintém*: «...ao colo entendo que me criou um cego, se não ao peito, trazendo-me de contínuo, como um relicário, ao pescoço em uma nómina, que às vezes lhe servia de bolsinho, porque, pela achar rija dos fechos, vazava as relíquias, afim de guardar nele o cabedal em dias grandes de jubileu, procissão ou romagem, me dava abertas, e, desenfardelando-me, passava-me a um prato onde lhe servia de endez»⁽³⁾.

1) — *No cancioneiro*:

As alusões ao dinheiro são correntes nas cantigas populares, ora às moedas, ora às operações monetárias. Exemplos:

O balão da nossa ama...
cada metro custa um *tostão*:
quatro metros não chegam
p'r'a roda do meu balão.

Monsanto (4)

Que te importa a minha saia,
ou a roda que ela tem?
Eu comprei-a e paguei-a,
não a devo a ninguém.

Bucos (5)

(1) D. Francisco Manuel de Melo, em *Prosadores Portugueses dos Séculos XVII e XVIII*, pág. 111. ed. do Porto, 1943.

(2) *Id.*, pág. 115.

(3) *Id.*, pág. 152.

(4) Monsanto da Beira (Beira Baixa), concelho de Idanha-a-Nova.

(5) Bucos (Minho), concelho de Cabeceiras de Basto.

As calças do Manuel Pita
custaram *quatro vinténs*:
ainda não foram estreadas,
já lhe deram os parabéns.

Vila Chã (1)

O fandango é meu,
que me custou bom dinheiro:
custou-me *três vinténs*
lá no Rio de Janeiro.

Golegã (2)

2) — *No adagiário*:

Em adagiários, como, por exemplo, o de ANTÓNIO DELICADO (Séc. XVII), encontram-se muitos provérbios, rifões, sentenças, que se servem do dinheiro para lição; aludem ao dinheiro em geral, à moeda abstracta e a moedas nomeadas, nacionais ou estrangeiras.

Dêmos uma amostra, sem pretender interpretar cada um dos adágios nela contidos, se bem que todos sejam de fácil entendimento:

Com teu amigo e com teu inimigo, o *dinheiro* no bolsinho (pág. 89).

O dinheiro é a medida de todas as coisas (pág. 247) (3).

Dinheiro emprestaste, inimigo ganhaste (pág. 89).

Do dinheiro e da verdade, a metade da metade (pág. 247).

Negro é o carvoeiro, branco é o seu dinheiro (pág. 225).

O ofício de albardeiro mete palha e tira dinheiro (pág. 226).

Põe o teu dinheiro em conselho: um dirá — é branco: outro — é vermelho (pág. 242).

Prata é bom falar, ouro é bom calar (pág. 242).

Compras, cadeia e o dinheiro [tudo] está na *moeda* (pág. 177).

Vale mais um gosto que quatro moedas (4).

do «cruzado»: quem souber quanto vale um *cruzado*, busca-o emparelhado (pág. 151).

(1) Vila Chã (Minho), concelho de Esposende.

(2) Golegã (Ribatejo), sede de concelho. Estas quadras foram colhidas nos lugares apontados, o que não quer dizer que lhes sejam exclusivas.

(3) Os adágios com número de página são de *Adágios Portuguezes*, de António Delicado ed. de Lisboa, 1924.

(4) Na *Revista Lusitana*, Vol. XVI, a pág. 289 e ss., foi publicada curiosa discussão sobre a interpretação de «Vale mais um gosto que quatro vinténs»; intervieram Leite de Vasconcelos, Óscar de Pratt e Cláudio Basto. Leite de Vasconcelos voltou ao assunto na mesma Revista, Vol. XX, pág. 102.

da «moeda»: vale mais um gosto na vida que cem moedas na algibeira.

do «pataco»: por um pataco antes quero dois vinténs.

Isto ou Fulano não vale um pataco. Ou: não vale dois patacos.

do «real»: onde o *real* se deixou olhar, outro deveis ir buscar (pág. 146). Tal coisa não vale um *real*.

do «tostão»: não quero o meu *tostão*, quero cinco vinténs. Quem nasceu para pataco, nunca chega a *tostão*.

do «vintém»: vale mais um gosto que quatro vinténs (1).

do «florim»: por cobiça de *florim*, não te cases com ruim (pág. 119).

do «soldo»: minha casa e meu lar — cem *soldos* valem, e estimou-se mal, — porque mais valem (pág. 143). — Homem morto não ganha soldo (pág. 170).

3) — Nas referências correntes:

Muitas moedas antigas, já fora de curso, mantiveram o nome nas transacções e ditos populares: a equivalência em moeda corrente servia com o nome antigo.

A *coroa* correspondia a 1.000 réis; a *meia-coroa* eram 500 réis; na linguagem corrente, sem relação com o verdadeiro valor, confundiram-se os nomes: a «coroa» correspondia a 500 réis, e não havia por isso a «meia-coroa». Pedia-se e dava-se «uma coroa» ou 500 réis, cinco tostões. Hoje, os pedinchões «andam às coroas». A «coroa» (50 centavos) continua na fala.

O *cruzado*, moeda antiga, andava nas contas pelo valor de 400 réis. Uma coisa valia tantos cruzados.

A *dobra* e o *dobrão* andaram por muito tempo na linguagem vulgar: moeda rica e nobre, servia a grandes avaliações de propriedade e cômputo de fortunas avultadas; figurava com ostentação nos aprestos ricos do traje. Camilo Castelo Branco aludiu frequentemente a ela.

A *moeda* era a principal unidade de compra, e com ela a *meia-moeda* valiam, respectivamente, 4.800 e 2.400 réis. Isto vale tantas moedas. Por ser a mais usada nas transacções, empregou-se o nome em tudo que valia, ou se julgava que valia, a sério ou por ironia e galhufa. Porque um bom cavalo fora avaliado em cem moedas, uma mulher imponente e bem apresentada era

(1) Este adágio tem também a forma: «Vale mais um gosto na vida que quatro vinténs na algibeira». Compare-se com o da «moeda».

«cavalo de cem moedas». Avaliava-se tudo em razão da «moeda». Passou, de tão corrente, ao cancionero popular: do chapéu, por exemplo:

Chapéu de *meia-moeda*
ninguém o tem senão eu:
agora ando fazendo figas
a um amor que mo deu.

Santo Tirso (1)

Chapéu de *meia-moeda*
vende a Rita da moleira:
mal empregados são eles
a andar ao pé da Cambeia.

Ílhavo (2)

O *pataco*: moeda pobre, com o valor de 40 réis, conservou-se na linguagem e na contadaria popular. Ninguém falava de quarenta réis, mas de patacos. Não ter um pataco significa ainda ser pobre; ter uns patacos ou alguns patacos, é ter alguma coisa de seu; uma coisa que custou um pataco ou uns patacos, foi cara; o que não vale um pataco não tem valor mercantil. Quem «não sai da cepa torta», e, por mais que faça, nada consegue em benefício da vida, recebe este apodo: nasceu para pataco, e não chega a meio-tostão ou a tostão, O rico «juntou patacos».

O *pinto* era de contar em transacções miúdas, com o valor de 480 réis. Como as outras moedas antigas, valia pela correspondência tradicional, sem amoedação nova, própria, e equivalente, mas traduzida na moeda do tempo.

O *real* perdeu por completo o valor numismático, para ficar em referências comuns. Moeda pobre, inferior que foi, prestou-se a significar a ausência de pecúnia; não ter um real quer dizer desprovemento completo. Levar o último real ou gastar o último real é o mesmo que dizer que nada ficou. Ter uns reais ou ter os últimos reais significa última penúria. De coisa muito barata, ou impossível de o ser, diz-se: «é um ovo por um real».

O *tostão* é moeda de cem réis. Ainda hoje, a par da «coroa» (50 centavos), se fala do «tostão» (10 centavos): continua como moeda de conta.

O *vintém*, ou «vinte réis», continua a ser nomeado, apesar de não ter correspondência monetária actual, e, quando houve moeda de 2 centavos, não se lhe applicava o que pertencera ao «vintém».

(1) Santo Tirso (Douro Litoral), sede de concelho: Cfr. Augusto César Pires de Lima, em *Revista Lusitana*, Vol. XXI, n.º 232, pág. 80.

(2) Ílhavo (Beira Litoral), sede de concelho: Cfr. Rocha Madahil, em «*Etnografia e História*. Bases para a organização do Museu Municipal de Ílhavo», pág. 97, Ílhavo, 1934.

Não ter vintém exprime pobreza ou ruína. Ter vinténs ou os seus vinténs, e ainda seu vintém ou vintém de seu, significa o inverso: ser rico ou ter alguns bens. O que não vale um vintém ou mesmo dois vinténs, nada vale. A propósito dos adágios e do uso vocabular de outras moedas já foi incluído o vintém. Porque o tostão continha cinco vinténs, ainda se lança ao competidor ou crítico de uma coisa pela mesma coisa, com diferença de apresentação: «ora, não quero o meu tostão, quero os meus cinco vinténs». Juntar uns vinténs, é enriquecer («enricar»).

Os cinco réis e os dez réis ou «derréis» foram, do século passado para este, as moedas mínimas. «Derréis» de qualquer coisa era mínimo de quantidade e valor. Não ter «cinco réis» ou «derréis» de vergonha é ainda comentário pejorativo ou injúria atirada ao rosto de quem a provoca. Os «cinco réis» e às vezes os «derréis», hoje os «dez centavos» (vulgo, o «tostão» ou cariciosamente o «tostãozinho») tiveram por si o simbolismo necessário, em prática o mais barato, para os oráculos amorosos da noite de S. João e para os costumes de magia propiciatória nos casamentos, no Ano Bom, nos Réis, etc. Quem é pobre «não tem cinco réis de seu». «Dez réis furados» exprime desvalorização e coisa sem préstimo (1).

4) — Na gíria:

Algumas moedas caíram na gíria popular por várias causas: matéria, forma, semelhança, cor, etc.

cobre e cobres: moedas deste metal; uma [moeda] de cobre; «ter cobres» é ter dinheiro, ser rico; «pessoa de cobres».

níquel e níqueis: moedas de níquel; pede-se uma moeda de níquel, um níquel, alguns níqueis.

prata: em contraste com os vocábulos anteriores, a moeda de prata, o conjunto de moedas deste metal.

o preto: «um preto» é moeda de cobre, escura, em oposição com o «branco». Já tinha este nome o antigo «real» de cobre.

o branco: «um branco» é moeda branca, de níquel ou de prata; eram assim chamadas as moedas divisionárias em tostões, dois tostões e meios-tostões, em contraste com os «pretos», que são os «cobres».

(1) É curiosa a combinação de valores monetários numa quadra de Barcelos (Provincia do Minho) com a competição de lugares do concelho, de que é sede a cidade:

Midões vale um *pataco*,
Remelhe vale um *viném*,
Alveelos mil *cruzados*
por ter as moças que tem.

a *roda*: CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (ed. de Lisboa, 1913), dá-lhe a significação de «tostão»; terá tido essa limitação, mas o significado foi mais geral, e bastará, para o compreender assim, atentar na origem do termo, o disco circular. Ouvi uma senhora responder a quem a censurava de gastar dinheiro demais: — Ora! o dinheiro é redondo, fez-se para rodar.

o *bazaruco* foi moeda na Índia Portuguesa; por semelhança, deram em chamá-lo ao *pataco*: «Tens aí um bazaruco?». CÂNDIDO DE FIGUEIREDO recolheu este termo de gíria.

a *cheta*: qualquer moeda mínima de cobre. «Não tenho nem cheta!». Falando de outrem: «Fulano e Cicrano não têm cheta, são uns pindéricos!».

o *lepe* e os *lepes*: moedas de 10 réis; CÂNDIDO DE FIGUEIREDO registou o vocábulo. Havia em Lisboa botequins populares, de baixa condição, que vendiam a xícara de café a 10 réis: eram os «cafés de lepes»: por seu turno, ao café desse preço dava-se o nome de «café de lepes». No Rossio, de Lisboa, então mal iluminado a gás, andavam altas horas uns homens com um lampeão pequeno, a vender «café de lepes».

o *pataco* e a *pataca*: o «pataco» português valeu 40 réis; correu a moeda à vontade no Séc. XIX; o termo generalizou-se a ponto de significar dinheiro e, pelo número, riqueza; ter patacos era ter boa riqueza. A *pataca* foi moeda brasileira de prata e valeu 320 réis. Como iam muitos emigrantes para o Brasil, na ânsia de riqueza, este País chegou a ser conhecido por «terra das patacas».

uma de *Xis*: algumas moedas de 10 réis tinham no reverso a indicação do valor facial em numeração romana, isto é: um X. Eram essas verdadeiramente as moedas de Xis: por extensão, o nome abrangeu as de numeração árabe, pois era igual o valor, o que para o caso mais importava.

o *vintém*: a conta de «três vinténs», de que houve moedação antiga, recebeu a significação de virgindade; perdê-los significava o mesmo que perdê-la. Certas cantigas populares utilizaram a expressão, que em algumas colectâneas foi arbitrariamente mas pudicamente convertida para a conta de quatro. Correram moedas de três réis nos reinados de D. José I a D. João VI, período em que, porventura, teria surgido a gíria específica da moeda, se não já no de D. Pedro II a D. João V, como consequência da desmoralização do ouro das explorações brasileiras.

Muitas mais notas sobre o interesse da moeda na cultura popular poderiam juntar-se às que aqui ficam apontadas. E o desenvolvimento de muitas delas faria ultrapassar os lícitos limites da resenha, já de si, como está, muito longa. Serve, todavia, de avultado endês a quem pretenda completá-la.